

Lei Ordinária nº 995/1997

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Camapuã para o exercício financeiro de 1997 e dá outras providências.

ERALDO HOLOSBACK AVES AZAMBUJA, Prefeito Municipal de Camapuã: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 13 de janeiro de 1997

I - DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Camapuã para o exercício financeiro de 1997, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social referentes aos Poderes Municipais, seus fundos, órgãos e entidades da Administração.

II- DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Fiscal

Seguridade

Art. 2º O com junto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 9.855.900,00 (nove milhões, oitocentos e cinqüenta e cinco mil e novecentos reais).

Art. 3º A receita decorrerá da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Receitas correntes	5.959.700	5.959.700
Receita patrimonial	2.000	2.000
Receita tributária	274.000	274.000

Total (R\$ 1,00)

Transferência corrente	5.661.600	5.661.600
Outras receitas correntes	22.100	22.100
Receitas de capital	3.896.200	3.896.200
Alienação de bens	900	900
Transferências de capital	3.895.000	3.895.000
Outras receitas de capital	300	300

Receita total 9.855.900 9.855.900

Art. 4º A despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, fixado o orçamento fiscal em R\$ 8.455.000,00 (oito milhões, quatrocentos e cinqüenta e cinco mil reais) e o orçamento da seguridade social em R\$ 1.400.900,00 (um milhão, quatrocentos mil e novecentos reais).

Art. 5º A despesa do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observada a programação constante dos quadros anexos a esta lei, apresenta o seguinte desdobramento:

Despesa por categoria

Econômica	fiscal	seguridade	total (1,00)
Despesas correntes	3.296.700	1.207.800	4.504.500
Despesa de capital	5.153.300	193.100	5.346.400
Reserva de contingên	cia 5.000	-	5.000
Receita total	8.445.000	1.400.900	9.855.900

Despesa por órgão

Poder legislativo	Fiscal	Seguridade	Total (1,00)
Câmara Municipal	398.000	22.000	420.000

Poder executivo

Gabinete do Prefeito

	Coordenadoria	Municipal	de	Planejamento	
528.100					
				42.500	
	Guarda Municipal de Cama	puã 42.500	- 21.800		
	Administração Regional 21.800 65.900 246.700				
	Secretaria Municipal de Administração 180.800 - 430.000				
	Secretaria Municipal de Finanças 430.000 597.000 597.000				
	Secretaria Municipal de assistência Social - 13.500 2.098.300 Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes 2.084.800 - 4.409.500				
	Secretaria Municipal de	Obras e Serviços	s Públicos 4.409	9.500 702.500	
702.500					
	Secretaria Municipal de Saúde - Subtotal				
	Reserva de Contingência	5.000 - 5.000)		
	Total	8.455.000	1.400.900 9.8	855.900	
	III- DISPOSIÇÕES GERAIS				

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e a realizar operações de crédito por antecipação de receita, até o limite fixado na Constituição Federal e legislação complementar.

Art. 7° Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 1997, a abrir créditos suplementares até o limite de 60 (sessenta por cento) do total da despesa constante dos orçamentos que integram esta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a IV, do § 1° , do art. 43, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Para atualização dos orçamentos dos Poderes Municipais fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da recita e excluídos do limite de que trata o artigo anterior.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas operações de crédito, nos financiamentos e nas alienações, representatividade do Município, na celebração de contratos, convênios, alienações e outros atos da competência do executivo.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1° de janeiro de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã, 13 de janeiro de 1997.

Eraldo Holosback Alves Azmabuja

Prefeito Municipal de Camapuã